



SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019

Susta o Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, da Presidência da República, que altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentador da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 (prioridade no atendimento) e da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, do Presidente da República, que “altera o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019, do Presidente da República, isenta os altares e os batistérios das igrejas da obrigação de eliminarem barreiras físicas que dificultam o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.



SF/19878.66167-72

Com isso, a medida extrapola, indevidamente e sem qualquer justificação plausível, os limites da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Além de ilegal, por contradizer a norma que busca regulamentar, o decreto é inoportuno e fere a dignidade da pessoa com deficiência, ao pressupor que a elas não se aplica o direito de praticar os ritos religiosos que porventura tenham decidido abraçar.

Ora, a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida não pode se casar? Não pode officiar reuniões religiosas? Não pode participar de batismos? É absolutamente injustificável a discriminação acarretada pelo decreto, que se choca com as garantias conferidas pela legislação à pessoa com deficiência, cujo objetivo é assegurar-lhe plena e efetiva participação e inclusão na sociedade com igualdade de oportunidades.

Não custa mencionar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) define a acessibilidade como a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

É cristalina, portanto, a desobediência do decreto a esse preceito legal.

Além de impedir a pessoa com deficiência de exercer sua liberdade religiosa na íntegra, o decreto atua no sentido também de restringir o seu acesso a meios de transportes de fretamento e de turismo. Isso evidencia que o tema que perpassa o Decreto é a autorização para discriminar, seja em templos religiosos, seja no transporte.

Nesse ponto, a matéria é confusa, atrapalha o cumprimento das normas vigentes, por desorientar a interpretação da lei e deixar dúvidas sobre o prazo de cumprimento pelas empresas das normas de acessibilidade.



Por essas razões, conto com o apoio do Congresso Nacional para que, no uso de suas atribuições, coíba as restrições impostas à pessoa com deficiência, sustentando a validade do Decreto nº 10.014, de 6 de setembro de 2019.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO
PODEMOS/RJ



SF/19878.66167-72